DO DIAGNÓSTICO DA CRISE A UMA POSSÍVEL BUSCA DE SOLUÇÃO: o Estado de Bem-Estar social nas visões de Anthony Giddens e Pierre Rosanvallon

From the diagnosis of the crisis to a possible search for a solution: the Welfare State in the visions of Anthony Giddens and Pierre Rosanvallon

Eliézer Cardoso de Oliveira*

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa a partir de uma análise comparativa entre as reflexões de Pierre Rosanvallon no livro *A Crise do Estado-Providência*, publicado em 1981, e as de Anthony Giddens presentes no livro *Para Além da Esquerda e da Direita*, publicado em 1995. A metodologia consiste em apresentar as ideias básicas dos dois autores sobre a crise das políticas assistencialistas, compará-las e contextualizá-las no ambiente político em que surgiram. A hipótese é que ambos os autores possuem uma visão sociológica próxima às concepções durkheimianas no trato Estado e Sociedade. O cenário atual de emergência de uma direita radical em vários países justifica a atualidade e relevância da temática.

Palavras-chaves: Estado de Bem-Estar Social; Anthony Giddens; Pierre Rosanvallon

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the crisis of the Welfare State in Europe from a comparative analysis between the reflections of Pierre Rosanvallon in the book *The Crisis of the Providence State*, published in 1981, and those of Anthony Giddens present in the book *Beyond Left and Right*, published in 1995. The methodology consists of presenting the two authors' basic ideas about the crisis in welfare policies, comparing them and contextualizing them in the political environment in which they emerged. The hypothesis is that both authors have a sociological vision close to Durkheimian conceptions in dealing with State and Society. The current scenario of emergence of a radical right in several countries justifies the current relevance of the topic.

Keywords: Welfare State; Anthony Giddens; Pierre Rosanvallon

* Eliézer Cardoso de Oliveira é professor da Universidade Estadual de Goiás, atuando no curso de Graduação em História e no Mestrado em Territórios e Expressão Cultural no Cerrado.

1. INTRODUÇÃO

O título deste artigo vale-se de uma metáfora usual no campo da medicina para expressar uma das maiores inquietações políticas da época atual. O que se pretende nestas poucas páginas é confrontar a visão dos dois autores sobre a crise do Estado de Bem-Estar Social e as suas propostas de reformas para manutenção das políticas assistencialistas. Em termos práticos, pretende-se analisar os argumentos presentes nos livros *A Crise do Estado-Providência*, publicado por Pierre Rosanvallon em 1981 e *Para Além da Esquerda e da Direita* publicado por Anthony Giddens no ano de 1995.

Ambos os sociólogos são muito conhecidos no Brasil, onde existem alguns artigos sobre esses dois livros. Carolina Pavese (2004) fez um breve panorama da concepção de Giddens sobre a Terceira Via, contextualizando o seu surgimento e apontando os seus limites críticos. Theófilo Rodrigues (2021) também analisou as reflexões de Giddens sobre a Terceira Via, confrontando-as, de modo muito pertinente, com as de Chantal Mouffe sobre “pós-política” e com as de Nancy Fraser sobre “neoliberalismo progressista”. Já o livro de Rosanvallon foi objeto das atenções de Helga Gahyva (2009), que mostrou as similaridades entre ele e Alex Tocqueville no modo como ambos concebiam a necessidade de reformulação do Estado. Cardoso Júnior (2001) comparou os livros *A crise do Estado-providência* e *a Nova Questão Social*, para analisar a evolução do pensamento de Rosanvallon entre 1981 e 1995.

No entanto, não foi encontrado nenhum artigo, no Brasil, que tivesse como foco analisar e comparar o modo que os dois autores enxergam o papel do Estado na promoção de políticas assistencialistas. Essa ausência não deixa de ser surpreendente, já que a reflexão deles pode ser muito útil a um país que, desde a Constituição de 1988, esforça-se na promoção de políticas igualitárias e inclusivas. Nesse sentido, as duas obras escolhidas para a análise nesse artigo se mostram essenciais para uma reflexão sobre os limites do Estado de Bem-Estar num ambiente de

globalização. As categorias trabalhadas nos dois livros – Estado, democracia e individualismo - ainda são clássicas nos estudos sociológicos e bem pertinentes para compreensão da época atual.

A temática dos dois livros é semelhante, mas há relevantes diferenças contextuais entre eles. O livro de Rosanvallon foi publicado em 1981, quando da eleição do primeiro socialista ao cargo de presidente francês, o carismático François Mitterrand que, nos 14 anos que permaneceu no poder, procurou conciliar o desafio de aperfeiçoar as medidas de proteção social com as novas exigências (ou desejo) de austeridade fiscal. Já o livro de Giddens refletiu as contradições das experiências conservadoras dos governos de Margaret Thatcher e John Major.

Em termos socioeconômicos, tanto a França como a Inglaterra, nas décadas de 1980 e 1990, passaram por uma situação semelhante. Ambos tiveram um estupendo crescimento econômico ocorrido depois da Segunda Guerra Mundial, no contexto denominado pelos historiadores de Era de Ouro, quando conseguiram aliar prosperidade econômica e políticas de assistência social. Contudo, a partir dos anos 70, esses países (e grande parte do mundo) enfrentaram novamente crises econômicas recessivas que trouxeram à tona os graves problemas sociais. Segundo Eric Hobsbawm:

Quanto à pobreza e miséria, na década de 1980 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia. (HOBBSAWM, 1995, P. 396).

Diante desse contexto infeliz, os dois sociólogos oferecem tanto o diagnóstico (o porquê da crise) como também sugestões para minimizar seus efeitos. Por isso, suas proposições fizeram muito sucesso em vários países do mundo. As ideias de Giddens influenciaram os governos de Tony Blair (Reino Unido), Bill Clinton (Estados Unidos), Gerhard SchöEder (Alemanha), Massimo D'Alema (Itália) e Fernando Henrique Cardoso (Brasil) (PAVESE, 2004). As de Rosanvallon foram muito influentes no governo de François Mitterrand. De modo geral esses governantes seguiam o alerta presente nas duas obras: uma reforma social para garantir a manutenção das políticas distributivas.

Contudo, o cenário político da segunda década do século XXI é bem diverso daquele existente no momento em que os dois livros foram publicados. Políticos conservadores populistas¹ assumiram o governo de vários países, como foi o caso de Boris Johnson (Reino Unido), Donald Trump (Estados Unidos), Jair Bolsonaro (Brasil), Giorgia Meloni (Itália). A releitura das obras de Giddens e Rosanvallon é pertinente para se pensar várias questões problematizadoras importantes: o advento do populismo conservador foi resultado das contradições não resolvidas das políticas de viés socialdemocrata, conforme apontadas pelos dois autores? Ou o conservadorismo ganhou força justamente porque as ideias reformistas enfraqueceram as bandeiras de luta da esquerda tradicional? Por conseguinte, essas duas obras ainda são pertinentes e atualizadas para a esquerda democrática enfrentar um cenário político e econômico adverso como o atual?

2. A CRISE DO ESTADO PROVIDÊNCIA, SEGUNDO PIERRE ROSANVALLON

Pierre Rosanvallon nasceu em Blois, França, em 1948. Sua área de atuação abrange os campos da História e das Ciências Sociais, tendo como principal área analítica o estudo da democracia, enfatizando os seus problemas de legitimidade e limites. Atuou junto com historiadores e cientistas sociais de peso no cenário intelectual francês, como Raymond Aron, Cornelius Castoriadis, Claude Furet e Claude Lefort. Em 2001, tornou-se catedrático do Collège de France, um indicativo do reconhecimento de sua relevância intelectual.

Em *A Crise do Estado Providência* (1981) procurou explicar a origem do Estado de Bem-Estar Social a partir da evolução geral do Estado Moderno e afastando-se das explicações liberais e marxistas que o veem, respectivamente, como um meio termo entre capitalismo e socialismo ou

¹ O conceito de populismo conservador foi retirado do livro *O século do populismo*, de Pierre Rosanvallon (2021). Nesse livro ele considera o populismo como uma das perversões da democracia. As principais características dos governos populistas são: procuram manter-se no poder a qualquer custo, evitando a alternância democrática; utilizam-se de reverendos como estratégia política de aprovação de medidas controversas; perseguição e substituição de funcionários públicos que resistem ao governante, inclusive procedendo fortes ataques as instituições, como o poder judiciário; fazem uso intensivo das novas mídias advindas com a internet e um discurso refratário as mídias tradicionais; definem-se como portadores de uma verdade moral superior, o que justifica um discurso demonizando os adversários.

como uma forma de corrigir os excessos do liberalismo. A origem do Estado Providência deve ser buscada quando o Estado passou a proteger inicialmente a vida e a propriedade dos seus súditos. Gradualmente, a partir do século XVIII, aumentam-se as competências protetoras do Estado, implantando-se direitos econômicos e sociais até que adquire o formato de Estado-Providência no século XX. Nesse ínterim há uma mudança de representação em que “a sociedade deixa de se pensar como um corpo para se conceber como um mercado” (ROSANVALLON, 1997, p. 23). Graças às novas técnicas de probabilidade estatística, o Estado pôde incorporar junto a si a palavra “providência” “transferindo para suas prerrogativas regulares os benefícios aleatórios que apenas o poder divino era suposto poder dispensar” (p. 22).

Rosanvallon vê o Estado numa perspectiva de progressão (e não de progresso no sentido de melhora), que cada vez mais vai aumentando as suas prerrogativas propondo garantir maior segurança econômica e social ao indivíduo. São decisivos para ampliação das prerrogativas protetivas do Estado os momentos de crise social: “se o Estado Providência progride por saltos, notadamente por ocasião das crises, é porque esses períodos constituem tempos de provação graças aos quais há reformulação mais ou menos explícita do contrato social.” (ROSANVALLON, 1997, p. 24) Um exemplo dessas crises sociais são os momentos de guerras, quando as massas aceitam a ver parte dos cidadãos morrer pela pátria e as elites se tornam menos refratárias ao aumento dos impostos.

Na verdade, a posição de Rosanvallon de ver elementos positivos no conflito social é tão antiga quanto ao surgimento da sociologia moderna. Durkheim, por exemplo, concebia as guerras como um meio de reforçar a coesão do indivíduo e a comunidade nacional, já que “só podemos marcar nosso apego ao grupo patriótico ao qual pertencemos nas circunstâncias que o põem em confronto com um grupo diferente.” (DURKHEIM, 2002, p. 105). De maneira similar, Weber também vê na guerra uma emanção do sentimento de comunidade: “a guerra promove, portanto, uma comunhão incondicionalmente dedicada e pronta ao sacrifício, entre os combatentes, e libera

uma compaixão de massa ativa e um amor pelos que estão sofrendo necessidades”. (WEBER, 1982, p. 384).

Contudo, a percepção da positividade do conflito social em Rosanvallon tem um sentido mais profundo do que o aumento da coesão ou do altruísmo, conforme se desprende da sociologia de Durkheim e Weber. As crises sociais, como os momentos de guerras totais vivenciados pela sociedade europeia nos conflitos mundiais, possibilitam oportunidades para criar um novo pacto social entre as diferentes classes que compõem a nação. É uma ocasião em que os indivíduos (e as classes) tornam-se menos egoístas em favor de uma maior solidariedade social.

É nesse sentido que Rosanvallon diz que a crise do Estado Providência não pode ser vista meramente como uma crise financeira, consequência da diminuição das receitas e do aumento das despesas, pois os limites de solidariedade que cada sociedade está disposta a doar vão depender dos valores simbólicos com os quais foi formulado o contrato entre os indivíduos. O contexto traumático pós Segunda Guerra Mundial estimulou a sensibilidade das pessoas a firmarem um pacto social para evitar o retorno de atrocidades nunca antes vistas. O que predominava nas consciências era a certeza de que era preciso construir novos marcos de relacionamentos sociais, baseados num novo modelo de Estado, de economia, de educação e de política.

Contudo, as pessoas que fizeram o pacto que permitiu a emergência do Estado de Bem-Estar estão mortas ou usufruindo da seguridade social. As pessoas que estão contribuindo com esse contrato só conheceram a guerra pelas aulas de história. Elas não passaram por nenhuma explosão social capaz de lhes despertar o seu lado solidário. Por isso, a dúvida crescente sobre a pertinência de manter a igualdade como principal meta da organização social. De acordo com Rosanvallon

O Estado Providência foi sempre atacado e vilipendiado por certos interesses. Mas, um compromisso social presidia a sua existência e o seu crescimento. O que mudou é que esses ataques encontram eco em setores da opinião pública, outrora mais interessados no progresso do Estado-providência. Em outros termos, digamos que há entrecruzamento de críticas da direita com insatisfações da esquerda (ROSANVALLON, 1997, p. 26).

Diante da insatisfação generalizada com o Estado de Bem-Estar Social, o que fazer, então, para que a população novamente o veja como um instrumento de redução da desigualdade social? Seria preciso uma nova guerra generalizada para colocar o mundo novamente nos eixos e criar um novo pacto social que dê legitimidade ao que implantou o Estado Providência?

Evidentemente que Rosanvallon não propõe a convulsão social como remédio para a crise. O que ele pretende é mostrar que, se não se considerar o lado simbólico que permitiu a emergência do Estado de Bem-Estar Social, não há nenhuma possibilidade de compreensão ou superação da crise. A solução não depende meramente de políticas econômicas. Nesse sentido, a tradicional receita keynesiana de abaixar os juros para estimular o investimento, reduzindo desemprego, aumentando o consumo, diminuindo a desigualdade, não funciona mais. Rosanvallon não vislumbra qualquer retorno à era do pleno emprego e aos períodos intensos de crescimento econômico.

E a receita liberal seria então a solução? Rosanvallon não subestima os argumentos dos teóricos liberais, reconhecendo que já não há mais propostas ingênuas que sustentam de modo absoluto a autossuficiência do mercado frente ao Estado. Desse modo, o liberalismo

é forte sobretudo porque se reconhece como relativo. Todos esses autores não negam as falhas do mercado; o que tentam demonstrar é que são menores que as da burocracia. [...] O mercado não é descrito como perfeito, mas simplesmente como sendo o melhor ou o menos mau dos modos de regulação. (ROSANVALLON, 1997, p. 48).

Porém os liberais não conseguiram legitimar uma teoria geral do Estado porque seus argumentos são paradoxais: ao mesmo tempo em que pretendem priorizar as funções do Estado para preservar as liberdades fundamentais, reconhecem que ele exerce um papel importante como regulador na atividade econômica, muito embora não saibam delimitar claramente esse papel. O mantra do “Estado Mínimo” repetido por várias escolas liberais acaba sendo apenas um *slogan* vazio, já que ninguém consegue definir claramente as funções desse Estado reduzido.

Rosanvallon pretende ir além do intervencionismo keynesiano e da doutrina do Estado Mínimo, pois ambas as vertentes se limitam à esfera econômica, pensando as soluções da crise do

Estado Providência de modo simplista, como, por exemplo, a defesa ou a rejeição unilateral das privatizações. As demandas do Estado dependem das preferências subjetivas dos indivíduos. Por exemplo, num futuro próximo, a demanda por viagens turísticas pode aumentar, exigindo do Governo, o investimento em locais turísticos e propiciando um maior tempo livre aos trabalhadores.

Levando essas questões em conta, Rosanvallon propõe três eixos de ação para reformar o Estado Providência. O primeiro consistiria em reduzir a demanda do Estado e ao mesmo tempo produzir sociabilidade. Basicamente é fazer com que a sociedade civil (grupos de vizinhança, redes de ajuda mútua, organizações não governamentais etc.) possam gradativamente executar serviços públicos que antes eram executados pelo Estado. A forma de incentivar isso seria institucionalizar essas iniciativas por meio de subsídios fiscais e do reconhecimento jurídico.

O segundo eixo de ação seria reinserir a solidariedade na sociedade. A solidariedade do Estado Providência é abstrata, formal, burocrática e longe da realidade dos indivíduos. As pessoas estão amarradas a teias institucionais, da infância a velhice, da creche ao asilo. Diante disso é preciso recolocar os indivíduos em redes de solidariedade direta, tais como a família ou a comunidade de vizinhança. Para reconectar o indivíduo uns aos outros sem a intermediação das instituições burocráticas estatais, Rosanvallon propõe o aumento do tempo livre: “Quanto menos os indivíduos dispõem de tempo livre mais exigem do Estado, e ao mesmo tempo, mais consumidores são do mercado.” (ROSANVALLON, 1997, p. 93).

O terceiro eixo de ação consistiria em desenvolver a visibilidade social. A proposta é dotar de maior eficiência os mecanismos já existentes no Estado Providência, como, por exemplo, diminuir a burocratização, ou reconhecer que os conflitos sociais vão muito além dos conflitos de classes. É possível estimular a transparência para dar mais visibilidade aos mecanismos de funcionamento do Estado, para que os indivíduos se sintam integrados de forma ativa ao sistema.

Portanto, a proposta de Rosanvallon para resolver a crise do Estado Providência passa por aceitar os argumentos liberais de reduzir a atuação do Estado. Por outro lado, ele preserva o argumento central das vertentes localizadas à esquerda do espectro político de que é preciso incrementar a solidariedade social. No entanto, a promoção da solidariedade não seria monopólio do Estado, mas deveria ser feita por grupos familiares, comunidades de vizinhança ou comunidades religiosas. Com isso, teríamos um Estado menos inchado, já que livre de seus excessos burocratizantes e mais eficiente para promover políticas igualitárias.

3. A CRISE DO *WELFARE STATE* SEGUNDO ANTHONY GIDDENS

Anthony Giddens nasceu em Londres, no ano de 1938. É um dos mais importantes intelectuais ingleses contemporâneos, atuando como professor de Sociologia em Cambridge. O seu principal interesse temático é adequar a teoria social para dar conta das transformações ocorridas no ambiente de alta modernidade, ou seja, aquele marcado pela globalização, pelo fim dos Estados comunistas na Europa, pela difusão da tecnologia e do saber científico na vida cotidiana e pela crise ecológica.

Paralelamente à reflexão sobre a teoria sociológica, Giddens atuou politicamente, inclusive assessorando o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair. O seu interesse maior é promover uma atualização política que dê conta de enfrentar os desafios da crise do Estado de Bem-Estar Social.

Para compreender a visão de Giddens, utilizar-se-á o livro *Para Além da Esquerda e da Direita*, complementado com outros escritos do autor. Para ele, a origem do *Welfare State* não deve ser buscada apenas nos esforços de eliminação da pobreza. Em um certo momento, alguns funcionários do Estado e alguns donos de indústrias, sensibilizados (mas não pressionados) pelos movimentos dos trabalhadores, perceberam que era necessária uma política social de proteção àquelas pessoas que estavam fora do mercado, principalmente os camponeses desapropriados de suas terras. Assim ele rejeita explicações reducionistas de certas vertentes da esquerda, como a

que afirma que o *Welfare State* foi uma invenção da burguesia para enganar os trabalhadores impedindo a revolução social ou que foi o resultado da força da mobilização dos trabalhadores que conseguiu envergar o braço da burguesia.

A implementação das medidas de proteção intensificou-se durante a Primeira Guerra Mundial (nos governos direitistas), quando se tornou evidente que o Estado deveria conectar a economia à sociedade. Depois da Segunda Guerra (nos governos esquerdistas), ampliaram-se as medidas de proteção, pois os riscos que antes estavam restritos aos pobres tornaram-se praticamente universais.

Desse modo, o *Welfare State* estaria ligado a três pré-requisitos: quando o trabalho assalariado na indústria passou a ter importância central; quando a promoção da solidariedade nacional estava ligada ao fortalecimento do Estado Nação e quando se teve consciência de que os riscos da vida social e econômica podiam ser controlados. Atualmente houve transformações nesses pressupostos, o que explicaria a crise do *Welfare State*.

A expressão “pleno emprego” usada para se referir ao *Welfare State* keynesiano precisa ser relativizada. Ela está ligada a um modelo de família patriarcal em que o destino do homem era trabalhar e o da mulher cuidar do lar (que não era considerado trabalho); ao trabalho em período integral fora de casa (na indústria); e a uma mentalidade de que o homem devia trabalhar “de qualquer jeito”, não importando se o trabalho fosse manual ou intelectual.

Essas condições se alteraram profundamente no contexto da “alta modernidade”, termo que Giddens utiliza em preferência ao de “pós-modernidade”. A antiga e estreita delimitação de gênero da família patriarcal está em vias de desaparecer, uma vez que as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, disputando vagas com os homens. Os filhos já não seguem mais a profissão dos pais e os mais escolarizados se recusam a trabalhar em serviços braçais. O trabalho na indústria já não é indiscutivelmente dominante, pois, com o desenvolvimento do setor de serviços, surgiram os “operários de colarinho branco” que não se identificam plenamente com o conceito clássico de

“operariado”. Além disso, há uma demanda para a redução da jornada de trabalho e para trabalhar em casa. Diante dessa situação é impossível pensar o trabalho nos moldes anteriores à Segunda Guerra, não justificando mais utilizar o advérbio “pleno” antes do substantivo “emprego”.

A solidariedade implementada pelo *Welfare State* era uma forma (e sintoma) do fortalecimento dos vínculos que ligavam os cidadãos ao Estado Nacional. Porém duas novas condições advindas com a alta modernidade alteram esse quadro: a globalização² e a reflexividade social³. Com a globalização, o Estado não consegue controlar os fluxos econômicos, que dependem cada vez mais de fatores ligados ao mercado internacional. A consequência é um ambiente de incerteza, principalmente para os setores de classe média, que agora estão ameaçados por alterações geopolíticas que trouxeram a ameaça de desemprego aos países desenvolvidos.

A reflexividade social contribui para que os cidadãos manifestem desconfianças em relação ao Estado:

Estão menos propensos à deferência em relação às autoridades do Estado, seja sob a forma de liderança política ou de funcionalismo burocrático. Consequentemente, são capazes de questionar mais e aceitar menos, incluindo-se aí os encargos tributários – especialmente quando aquilo que recebem por seu “investimento” não é visível, mas está oculto nas finanças globais do grande governo. (GIDDENS, 1996, p. 162).

A modernidade substituiu o infortúnio (sina ruim) pelo acidente (acaso que pode ser controlado). A crença geral do Iluminismo era a de que se podia conhecer a natureza e a sociedade e, consequentemente, controlá-las. Assim o Estado, preocupado com sua população, passou a adotar medidas para salvaguardá-la nas ocasiões de risco. Geralmente essas medidas – tal como a seguridade social – obtiveram sucesso, pois se tratava de controlar o risco externo (aquele não produzido pelos seres humanos). Porém atualmente a situação é totalmente diferente, pois além

² “Globalização pode ser assim definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.” (GIDDENS, 1991, p. 69).

³ “A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre as próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.” (GIDDENS, 1991, p. 45).

dos riscos externos, apareceu o risco interno (artificial), que difere qualitativamente do anterior (GIDDENS, 1996, p.174).

O efeito desse risco artificial produzido pela ação humana na vida cotidiana dá-se através da dissolução dos valores tradicionais (destraditionalização), fazendo com que o indivíduo tenha que escolher o que antes era considerado natural. Isso envolve uma gama variada de áreas: corpo, trabalho, casamento, criação de filhos, sexualidade etc. A identidade social do indivíduo torna-se uma escolha que envolve várias opções disponíveis na vida cotidiana, cada uma delas sujeita a um risco específico⁴.

As escolhas identitárias dos indivíduos afetam também o *Welfare State*, pois seu sistema de seguridade social não está apto a cobrir esses riscos artificiais. Por exemplo, não estava preparado para o crescimento acelerado do número de divórcios, nem para o aparecimento de novos modelos de família, nem para o aumento do número de idosos, nem para o crescimento de casos de doenças decorrentes de uma dieta inadequada. Todos esses exemplos se referem ao que Giddens chama de “Política de Vida”, pois é uma política proveniente de uma escolha pessoal que afeta a coletividade⁵.

Portanto a crise do *Welfare State* é explicada por Giddens por meio das categorias “globalização”, “ordem social pós-tradicional” e “reflexividade” que caracterizam a alta modernidade. Por outro lado, ele utiliza essas categorias para propor um modelo de organização social alternativo ao projeto da esquerda (que conservadoramente apenas defende a manutenção do *Welfare State*) e da direita (que paradoxalmente exalta os valores do mercado, mas procura preservar certos costumes que estão em processo de corrosão, ligados ao nacionalismo, à religião, ao gênero e à família). Os seis itens que Giddens chama de “Política radical” podem ser resumidos

⁴ Giddens (1993, p. 25) afirma que “Hoje em dia, a ‘sexualidade’ tem sido descoberta, revelada e propícia ao desenvolvimento de estilos de vida bastante variados. É algo que cada um de nós ‘tem’, ou cultiva, não mais uma condição natural que um indivíduo aceita como um estado de coisas preestabelecido.”

⁵ Giddens (2002, p. 208) definiu de maneira mais sistemática “a política de vida” no livro *Modernidade e Identidade*. Diferente da política emancipatória clássica, que pretendia “libertar a vida social das amarras da tradição e do costume”, a política de vida deriva da capacidade de escolha dos indivíduos sobre quais elementos irão fundamentar a sua identidade.

– de acordo com Anderson (1997, p. 61) – em quatro temas: *Welfare State*, trabalho, democracia e paz. Este texto restringir-se-á apenas ao primeiro.

Giddens não subestima as críticas dos neoliberais ao *Welfare State*. Realmente, é inegável que a burocracia o tornou inflexível, impessoal e engessado; há uma dependência parasitária de algumas pessoas aos benefícios previdenciários; o pleno emprego foi uma especificidade do período do pós-guerra e a sina do mundo contemporâneo é conviver com um desemprego estrutural. Diante dessa situação, é necessário um novo acordo social (não instituído de cima pelo Estado) a fim de reconstruir a solidariedade e uma previdência positiva que seja capaz de conciliar autonomia individual com responsabilidade social.

Assim, Giddens propõe uma política gerativa para resolver problemas que afetam o bom funcionamento do *Welfare State*. Por exemplo, pode-se melhorar as condições de saúde, diminuindo a poluição, mas isso não depende apenas do Estado, mas da cooperação internacional, o que se torna viável com as oportunidades de interação entre os governos advindas com globalização. A saúde, uma das principais demandas atuais, pode ser melhorada também com mudanças de hábitos cotidianos, possíveis com a reflexividade e com a política de vida. Como a identidade já não é mais fixa, como em sociedades tradicionais, os indivíduos podem realizar escolhas mais saudáveis, como, por exemplo, abandonar o cigarro, praticar esportes, ingerir menos alimentos com alto teor de açúcar e sódio.

A questão da pobreza envolve medidas internacionais para tentar equacionar as disparidades entre o Norte e o Sul, mas envolve também uma redefinição da ideia de desenvolvimento, abandonando os valores de uma sociedade consumista para adotar os de uma sociedade de pós-escassez. Esse novo modelo não significa “Uma ordem pós-escassez [...] começa a surgir [...] quando o *ethos* de produtivismo começa a ser amplamente questionado, criando uma pressão para que se percebam e desenvolvam outros valores de vida.” (GIDDENS, 1996, p. 186).

A adoção dos pressupostos de uma sociedade pós-escassez permite desviar-se o foco da crise do *Welfare State* da questão da produtividade econômica. O combate à pobreza é legítimo, mas existem outros valores fora do campo econômico que não podem ser desconsiderados na análise da crise desse modelo socioeconômico.

Giddens diz que muitos problemas do *Welfare State* estão sujeitos à intervenção gerativa, como o caso da velhice, por exemplo. É preciso desvincular a velhice da dependência e da incapacidade: “um cálculo afirma que 80% dos problemas de saúde de pessoas com mais de 65 anos são, em princípio, evitáveis por meios de mudanças no estilo de vida” (GIDDENS, 1996, p. 194). Nesse sentido, ele questiona a noção de que a provisão previdenciária deve estar ligada diretamente à velhice, inclusive, propondo o fim da idade fixa de aposentadoria aos 65 anos (GIDDENS, 1999, p.130).

Portanto, a posição de Giddens em relação à crise do *Welfare State* afasta-se de uma explicação econômica e volta-se para uma explicação social. Nesse sentido, as mudanças socioculturais que mostraram os limites das políticas assistencialistas fornecem possibilidades para a manutenção dessas políticas. Nesse caso, torna-se fundamental a mudança de comportamento dos indivíduos, assumindo novos parâmetros identitários que permitam desafogar os gastos do Estado.

4. AS PROPOSTAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Depois de apresentar as análises de Giddens e Rosanvallon sobre o Estado de Bem-Estar Social, é interessante confrontá-las para que, por meio da comparação, a especificidade da reflexão seja realçada.

Quando explicam a origem do *Welfare State*, ambos abandonam a categoria classe, seja na concepção marxista que o considera um Estado burguês, seja na concepção social democrata que

o considera um Estado socialista. A implantação de medidas previdenciárias foi um processo complexo que envolveu idealismo e bom senso de políticos, funcionários do Estado e empresários. Ela não pode ser desvinculada do processo de constituição do Estado Nacional, que graças a técnicas da ciência estatística, podia minimizar os riscos que seus cidadãos sofriam. Tanto um como o outro enfatizam a importância das guerras: para Giddens elas permitiram um maior poder ao Estado no tocante ao planejamento econômico, para Rosanvallon elas forneceram argumentos simbólicos para a constituição de um novo pacto social permeado de mais solidariedade. Em suma para Giddens o desejo de o Estado controlar os riscos foi fundamental para explicar o advento do *Welfare State*; já para Rosanvallon o decisivo foi o contrato social forjado em ocasião de calamidades sociais.

Desse modo, seria possível uma síntese entre as duas abordagens, pensando a crise do Estado de Bem-Estar Social a partir das transformações estruturais no comportamento dos indivíduos e na estrutura administrativa do Estado, bem como considerando os elementos simbólicos que permitem um consenso social sobre certos temas. A complementaridade das explicações sobre a origem do Estado de Bem-Estar Social torna-se possível, porque os dois autores têm uma concepção similar de Estado. Ambos não o veem a partir do pressuposto marxista de que sua função é atender os interesses das classes dominantes e nem a partir do pressuposto anarquista de ele que inibiria as liberdades individuais, estando fadado a desaparecer historicamente. Da mesma forma, parecem também não dar muita importância as observações de Weber de que o Estado (principalmente o racional-legal) é o tipo mais eficiente de dominação porque detém o monopólio da violência.

Aproximam mais da concepção de Estado desenvolvida por Durkheim que acreditava que há “uma relação de causa e efeito entre o avanço do individualismo moral e o avanço do Estado” (Durkheim, 2002, p. 80). Da mesma forma Rosanvallon (1997, p. 87) afirma que “indivíduo e Estado são indissociáveis” e Giddens (1999, p. 46) que “instituições do *Welfare State* ajudaram a

libertar os indivíduos de algumas fixidades do passado”. Contudo os três notaram o perigo de o Estado solapar a autonomia do indivíduo: Durkheim (2002, p. 88) propõe grupos secundários para mediar as relações entre o indivíduo e o Estado; e Giddens (1999, p. 95) alertou que “uma sociedade civil saudável protege o indivíduo do poder estatal avassalador”; enquanto Rosanvallon (1997, p. 88) propõe “uma sociedade civil mais densa e desenvolver espaços de troca e de solidariedade que possam ser encaixados em seu seio e não ‘exteriorizados’ e projetados nos dois únicos pólos do mercado ou do Estado”.

A diferença é que, enquanto Durkheim (1975, p. 183) acreditava que o Estado, como cérebro da sociedade, deveria ser responsável pela promoção da solidariedade, Giddens e Rosanvallon – esculpidos pelas críticas dos liberais – são mais precavidos quanto a sua capacidade de gerenciar a sociedade. Apesar de não descartarem o papel do Estado na promoção da solidariedade, eles ressaltam que as medidas para estimulá-la não devem ser instituídas de cima. Daí o afastamento crítico de ambos do pensamento neoliberal: Giddens (1999, p. 123) afirma que suas críticas não têm o objetivo de desmantelar o *Welfare State*, mas de reconstruí-lo; Rosanvallon vai ainda mais longe: “a ideologia do Estado ultra-mínimo já passou de moda. (ROSANVALLON, 1998, p. 25).

Ao repensar o Estado de Bem-Estar Social, tanto Giddens como Rosanvallon desenvolvem propostas alternativas ao pensamento político da direita e da esquerda. A proposta da direita de reduzir o tamanho do Estado é contraditória e impossível de ser aplicada integralmente; já a da esquerda de manter inalteradas as políticas previdenciárias seria conservadora, pois se mostra incapaz de enxergar as novas dinâmicas sociais da sociedade contemporânea. Ainda aqui lembram Durkheim que rejeitava tanto a propostas dos economistas liberais de liberdade econômica total, como as dos socialistas de controle centralizado da economia pelo Estado. O motivo dessa dupla rejeição é que a crise que Durkheim detectou no início do século XX era de natureza principalmente moral e a sua solução passava por conectar a autonomia individual advinda com

modernidade com a coesão moral presente em agrupamentos coletivos das épocas tradicionais. Do mesmo modo Giddens e Rosanvallon – como bons sociólogos – veem a crise do Estado de Bem-Estar no início do século XXI como social e não meramente como uma crise financeira.⁶

Para Giddens o maior problema do *Welfare State* é o seu modelo cibernético de organização social, em que a economia está subordinada a inteligência do Estado, o que não é condizente com o contexto da alta modernidade, caracterizada pelo cosmopolitismo, pela reflexividade e pela capacidade de escolha de uma “política de vida”. Para Rosanvallon, o Estado Providência está em crise porque o contrato feito após a Segunda Guerra Mundial perdeu a validade, tornando-se ilegítimo para usuários que não vivenciaram as grandes tragédias do século XX.

Diante desse quadro, Giddens propõe uma política gerativa direcionada para o cotidiano a fim de mudar o estilo de vida das pessoas, voltada para as questões globais com intuito de diminuir a poluição e a pobreza e almejando desburocratizar o Estado, dando mais transparência aos seus usuários. Rosanvallon propõe reduzir as demandas do Estado, estimulando grupos locais a ocuparem funções públicas, bem como reinserir a solidariedade na sociedade através de grupos comunitários para desenvolver a visibilidade social (desburocratização). Apesar de a reflexão de ambos ser uma análise teórica sobre a relação Estado e Sociedade, não se furtam em sugerir opções pragmáticas: Giddens propõe o fim idade fixa para a aposentadoria e terapia para crianças que sofreram violência; Rosanvallon – principalmente em *A nova questão social* (1998) – propõe o aumento de 11% no imposto de renda, estimular fundos de pensão e transformar o imposto sindical num imposto geral.

Enfim, as visões de Anthony Giddens e Pierre Rosanvallon podem ser interpretadas a partir do seu caráter profilático. Não se trata de utopia para um futuro a médio prazo, mas de medidas

⁶ Note a semelhança entre Giddens (1972, p.150), analisando a explicação de Durkheim do motivo da crise que afetava a sua sociedade: “a posição dominante que a autoridade religiosa ocupava... permitia-lhe fixar limites às aspirações dos vários estratos sociais, *aconselhando* os pobres a conformarem com sua sorte” e Giddens (1999, p. 127): “o *aconselhamento*, por exemplo, poderia em alguns casos ser mais útil que a ajuda financeira direta” (grifos meus).

que devem ser aplicadas imediatamente para impedir o desmonte das políticas assistencialistas na Europa. A sombra de Margaret Thatcher e Ronald Reagan paira sobre os dois autores. Daí ambos não serem inflexíveis em contrariar, em muitos aspectos, as teses da esquerda tradicional, como, por exemplo, no caso das privatizações: “Não há solução positiva para a crise do Estado-providência enquanto continuarmos fechado no dilema estatização/privatização” (ROSANVALLON, 1997, p. 84); enquanto Giddens propõe uma alternativa que possibilite que os funcionários adquirem as empresas, inclusive as públicas (GIDDENS, 2001, P. 150). Daí ambos não demonizarem o mercado, inclusive aceitando alguma forma de flexibilização nas relações de trabalho. O que pode parecer um recuo às teses da direita liberal é, na visão deles, uma única alternativa para a preservação de um Estado preocupado com a solidariedade social.

5. AS CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS DE ROSANVALLON E GIDDENS PARA A COMPREENSÃO DO CONTEXTO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

Até que ponto as ideias dos dois intelectuais corresponderam aos fatos? Uma breve análise das forças políticas nos últimos 40 anos em quatro importantes democracias ocidentais pode ilustrar se a recepção das propostas reformistas foi suficiente para impedir o avanço das políticas populistas ultraliberais.

Rosanvallon foi um dos apoiadores do presidente socialista francês François Mitterrand, que permaneceu 14 anos no poder, entre 1981 a 1995. Na eleição seguinte, os socialistas perderam a eleição para Jacques Chirac, que governou o país entre 1995 e 2007 e para Nicolas Sarkozy, que ficou no poder até 2012. Os socialistas só recuperaram o governo em 2012, com François Hollande, mas, nas eleições de 2017, nem foram para o segundo turno. O vitorioso foi Emmanuel Macron, um centrista, que disputou com a candidata da extrema direita Marine Le Pen. Nas eleições seguintes, mais uma vez Macron venceu Le Pen, o que indica que as forças políticas mais expressivas da França estão situadas no centro e na extrema direita.

No Reino Unido, Giddens foi um dos assessores do primeiro-ministro Tony Blair, que assumiu o cargo depois dos conservadores John Major e Margaret Thatcher. Blair ficou mais de dez anos no poder (entre 1997 e 2007) e foi sucedido por Gordon Brown, também do partido trabalhista, que governou a política inglesa por quase três anos (entre 2007 e 2010). A partir daí, os conservadores recuperaram a hegemonia, com as administrações de David Cameron (2010-2016), Theresa May (2016 -2019), Boris Johnson (2019-2022), Liz Truss (2022) e o atual primeiro-ministro Rish Sunak, que assumiu o governo em 2022.

Nos Estados Unidos, as ideias de Giddens tiveram uma boa recepção no Governo de Bill Clinton (1993-2001). O democrata assumiu a presidência depois de uma longa hegemonia republicana com Ronald Reagan (1981-1989) e George H. W. Bush (1989-1993). Depois de Clinton, os republicanos recuperaram o governo na administração de George W. Bush (2001-2009), mas os democratas reagiram com Barack Obama (2009-2017). Mais uma vez os republicanos assumiram o poder com Donald Trump (2017-2021), que se tentou reeleger, mas foi derrotado pelo democrata Joe Biden, que assumiu o governo no ano de 2021.

No Brasil, as propostas da chamada “Terceira Via” foram muito influentes na administração de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Depois dele, o eixo voltou-se mais para a esquerda, na administração de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011- 2016). Após o *impeachment* de Dilma, o seu vice Michel Temer (2016-2019) deu um caráter mais liberal ao Governo. Depois dele, a presidência foi exercida por Jair Bolsonaro (2019-2022). Lula retomou o governo a partir de 2023, numa disputa muito apertada com o próprio Bolsonaro.

Nesses quatro países, apesar de uma pequena dissonância na França, há um padrão claro de evolução política. Políticos de centro-esquerda tentaram implementar reformas nas políticas assistencialistas, como foi o caso de Tony Blair, Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso e, em menor escala, François Mitterrand. Depois deles, houve um revezamento entre governantes de

esquerda e de direita, como foi o caso de Nicolas Sarkozy e François Hollande, na França; do trabalhista Gordon Brown e o conservador David Cameron, no Reino Unido; do democrata Barack Obama e o republicano W. Bush, nos Estados Unidos; e da petista Dilma Rousseff e o peemedebista Michel Temer, no Brasil. Contudo, o poder foi ameaçado por governos populistas de uma direita radical que assumiram o poder no Reino Unido com Theresa May e Boris Johnson, nos Estados Unidos, com Donald Trump e no Brasil com Jair Bolsonaro. Na França, a ultraconservadora Le Pen foi derrotada duas vezes por uma coligação de socialistas e direitistas moderados. Esse populismo de direita recupera um discurso nacionalista, xenófobo e moralmente conservador. Do ponto de vista econômico, ataca a globalização, mas se identifica com a defesa do interesse do mercado, atacando sindicatos e outras mobilizações de trabalhadores.

Do ponto de vista prático, as ações desses líderes populistas vão contra o princípio humanista de solidariedade que legitima o Estado de Bem-Estar Social. Sob a administração de Theresa May e Boris Johnson, foi implementado o Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, justificada principalmente por um forte discurso contra a imigração estrangeira. Nos Estados Unidos, a tentativa de restringir a imigração levou o presidente Donald Trump a propor a construção de um muro na fronteira do país com o México. Também atacou a globalização e o ambientalismo, retirando o país do Acordo de Paris, assinado por mais de 195 países para impedir o aquecimento global. No Brasil de Jair Bolsonaro, houve uma reforma da Previdência Social, extinguindo a aposentadoria por tempo de contribuição e elevando a idade mínima dos contribuintes.

Enfim, as políticas assistencialistas e inclusivas estão sendo rotineiramente atacadas no alvorecer do século XXI. Resta saber se as velhas armas políticas da esquerda tradicional são suficientes para defendê-las ou é necessário levar em conta novos posicionamentos políticos e teóricos, como os dos dois autores aqui analisados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem Giddens nem Rosanvallon dirigem suas propostas para os setores médios de seus respectivos países que foram beneficiados pelas políticas de Bem-Estar ao longo das últimas décadas. É uma tarefa ingrata de convencer esses setores a entregarem os anéis para preservar os dedos.

Giddens é mais confiante. Ele acredita que o contexto da alta modernidade é favorável às propostas da Terceira Via. Ele enumera algumas conquistas importantes que facilitam a recepção das novas ideias: o pacifismo tornou-se predominante, ao menos no continente europeu, fruto indireto do medo de uma guerra nuclear⁷; ações em prol da proteção da natureza disseminaram globalmente como forma de evitar uma catástrofe ecológica; a valorização da vida, da liberdade e da felicidade humana tornaram-se utopias nos códigos jurídicos da maioria dos países do Globo. Por isso, apesar de consciente dos perigos que permeiam o futuro, ele é otimista: “Longe de vermos o desaparecimento dos valores universais, talvez esta seja a primeira vez na história da humanidade em que esses valores apresentam um verdadeiro ponto de apoio.” (GIDDENS, 1996, p. 286).

Rosanvallon é mais cético e, diferente de Giddens, não vê indícios fortes de que as mudanças que colocariam a humanidade novamente na rota da solidariedade social estejam acontecendo. Ele não sabe quem vai implementá-las e também não tem certeza se o retorno da solidariedade por meio de grupos comunitários vai conservar a autonomia individual. A leitura que se percebe em *A Crise do Estado-Providência* é que o livro é uma receita de um médico que não confia muito nos remédios receitados, ou um sermão de um crente sem fé. Se não acontecer uma crise explosiva (talvez uma grande guerra), ele acredita ser difícil encontrar elementos simbólicos que legitimem a construção de um novo contrato social. Nesse sentido, suas propostas devem ser vistas apenas como remédios para aliviar a dor e não para a cura definitiva da doença. Daí a existência de um pessimismo velado em sua análise: “caminharemos para uma sociedade

⁷ O livro *Terceira Via* foi publicado em 1998, quase três anos depois do fim da Guerra da Bósnia, que assolou a Europa.

híbrida em que o reforço dos mecanismos de mercado coexistirá com a manutenção das formas estadistas rígidas e com o desenvolvimento de uma corporatização social parcial”. (ROSANVALLON, 1997, p. 102).

De qualquer modo nenhum dos dois manifesta o otimismo ingênuo de certa forma presente em Marx e Durkheim, nem o pessimismo quase sem esperanças de Weber. Giddens aposta todas as suas fichas no conceito de reflexividade social, isto é, seres inteligentes que, com base no acesso à informação, são capazes de tomar decisões autônomas. Com o fim da tradição, o acesso a informações que antes eram transmitidas por líderes tradicionais (principalmente idosos ou religiosos) passa ser feito pela mídia ou pela educação. Grande parte da ampliação do conhecimento disponível ao indivíduo advém da vulgarização do saber científico produzido por especialistas. A parte positiva é uma melhor fundamentação do senso comum e a parte negativa é o perigo detectado por Weber (1996, p. 131) de uma “petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva espécie de auto justificação” ou por Adorno e Horkheimer (1985, p. 156) de restrição da autonomia individual quando a “liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa”. Giddens está ciente desses riscos e suas propostas são justamente uma tentativa de evitar o domínio nefasto por parte de uma burocracia ineficiente ou por parte das grandes corporações econômicas.

As fichas de Rosanvallon são mais sombrias. A sua esperança é a possibilidade de se criar um novo contrato social, sem necessariamente valer-se do impacto simbólico de uma catástrofe para atingir o consenso⁸. Contudo, como foi necessária uma grande crise social para emergir o Estado Providência, não se sabe se apenas o temor de uma crise futura será suficiente para sustentar as propostas para reformá-lo.

⁸ Há muitos exemplos empíricos que comprovam que tese de Rosanvallon de que as catástrofes impulsionam mudanças sociais impactantes na sociedade. A própria abertura política da URSS, iniciada com a Perestroika, foi facilitada pela comoção social que o desastre nuclear de Chernobyl causou no país. (REIS FILHO, 2000, p. 168).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. “Poder, política e Iluminismo”. In. MILIBAND, David (org.). *Reiventando a esquerda*. São Paulo: Unesp, 1997.
- CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Da crise do Estado-providência à nova questão social: alcances e impasses no pensamento de Pierre Rosanvallon. *Leituras de Economia Política*, Campinas, (9): 41-61, dez. 2001.
- DURKHEIM, Émile. *A ciência social e a ação*. Lisboa: Bertrand, 1975.
- DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GAHYVA, Helga. Um Espectro Ronda a Teoria Social Contemporânea: Tocqueville, Rosanvallon e a Modernidade. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 16, n. 1, pp. 39-52, 2009.
- GIDDENS, Anthony. “A vida numa sociedade pós-tradicional” In. GIDDENS, A.; BECK, Ulrich e LASH, S.(orgs.) *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997, p.73-133
- GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: editorial presença, 1972.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 2002.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1996
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX(1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- PAVESE, Carolina Boniatti. “A Terceira Via”. *Mosaico Social*, UFSC, Florianópolis, v. 2, p. 241-247, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Crise e desagregação do Socialismo”. In. REIS FILHO, D.A.; FERREIRA, J. e ZENHA, C. (org.) *O século XX: tempo das dúvidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 161-184.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. Terceira via, pós-política e neoliberalismo progressista: expressões teóricas de um mesmo fenômeno político. *Anais do 45º Encontro Anual da Anpocs*. GT 04 – Capitalismo, reconhecimento e desigualdade. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666>

ROSANVALLON, Pierre. *A Crise do Estado-Providência*. Goiânia: UFG; Brasília: Unb, 1997.

ROSANVALLON, Pierre. *A Nova Questão Social*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. *O século do populismo: história, teoria, crítica*. Cotia/SP: Ateliê de Humanidades Editorial, 2021.

WEBER, Max. “Rejeições Religiosas do Mundo e Suas Direções”. In. GERTH, H.H. e MILLS, C. W. *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 271 a 411.